

# Acordos acertados vão para a gaveta

MÁRCIO DE MORAES  
e JOÃO BORGES

BRASÍLIA — Foram dois anos de intensas negociações, com trocas de missões técnicas, acerto de condições prévias para a assinatura do empréstimo. Tudo definido e acordado no âmbito técnico, a assinatura do empréstimo de US\$ 500 milhões do Banco Mundial para a reformulação do sistema financeiro brasileiro foi colocado na prateleira pela instituição e não se pensa em retomar o assunto no atual governo. “A proposta brasileira oferece uma boa base à concessão de um primeiro empréstimo”, diz um memorando final encaminhado há alguns meses à direção do Bird.

A paralisação dos entendimentos relativos a esse empréstimo é um exemplo típico de como as circunstâncias políticas terminam por levar a pique uma negociação de US\$ 500 milhões, da forma como foi negociada pelo Banco Central e como revela o memorando, está condicionada a uma série de reformas, como o fim das cartas-patentes para os bancos, a liberação das tarifas bancárias e a liberação dos juros.

Em outra parte do memorando, o Banco Mundial toca num ponto crucial do funcionamento do sistema financeiro do País: os ganhos financeiros dos bancos com a inflação. “O pagamento generalizado de juros sobre os depósitos à vista diminuirá os ganhos decorrentes da inflação.”

A proposta do Bird para evitar os ganhos dos bancos com a inflação é a remuneração de todos os depósitos à vista. Espontaneamente, os bancos brasileiros já vêm instituindo as contas remuneradas. Para que haja uma ampla utilização dessas, com remuneração acima das que hoje são oferecidas, os bancos precisariam ter liberadas as taxas de serviços bancários.

A abertura para uma maior participação do capital estrangeiro no sistema financeiro brasileiro é outra questão delicada abordada pelo documento. “O Bird não vai liberar um empréstimo sem estar seguro de que as mudanças previstas no acordo sejam rigorosamente cumpridas pelas autoridades brasileiras”, comentou uma fonte ligada ao banco.

Os US\$ 500 milhões seriam apenas uma primeira parcela de um total de US\$ 1,5 bilhão, que seriam completados mediante mais duas parcelas de US\$ 500 milhões. Mas, para liberar essas duas outras parcelas, o Bird impõe como condição o cumprimento integral das reformulações previstas no contexto da primeira liberação. As palavras finais do memorando encaminhado à direção afirmam: “A liberação da segunda parcela está condicionada a um desempenho macroeconômico satisfatório e continuado”.

Se o Bird recua na concessão do empréstimo por não ver um horizonte claro para a nossa economia, internamente as negociações são vistas por alguns setores como uma tentativa do ministro Mailson da Nóbrega de enfraquecedor o Banco do Brasil e todos os demais bancos estatais do País. Desagradam as críticas que o Bird faz ao funcionamento do sistema de crédito oficial subsidiado no Brasil e o uso político dos bancos estaduais. “Ele — Mailson — é um agente dos credores internacionais”, disse, recentemente, o ex-presidente do Banco do Brasil e candidato a candidato a vice na chapa de Mário Covas, Camilo Calazans. “Mailson está desenvolvendo um plano maquiavélico para desmoralizar o Banco do Brasil e abrir o mercado para o capital estrangeiro”, afirma o presidente da Associação Nacional dos Servidores do Banco do Brasil, José Flávio Berçott.